

Desafios para uma sociologia pós-colonial

Recebido: 26.06.20
Aprovado: 02.09.20

GO, Julian. *Postcolonial thought and social theory*. New York: Oxford University Press, 2016.

Lucas Amaral de Oliveira*

* Lucas Amaral de Oliveira é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil (2018). Orcid: 0000-0002-1272-4722. <lucasoliveira.ufba@gmail.com>.

Há um movimento no Norte Global, sobretudo em universidades britânicas e estadunidenses, que almeja verter o epíteto “pós-colonial” em uma seara de especialidade da sociologia acadêmica. Colaboração expressiva nesse sentido é a obra de Julian Go, um dos nomes mais provocativos da teoria social contemporânea – ainda com trabalhos quase não divulgados no Brasil.

Professor de sociologia da Universidade de Chicago, Go está envolvido em diversas iniciativas da Associação Americana de Sociologia de renovação crítica da disciplina. Depois de publicar *American Empire and the politics of meaning: elite political cultures in the Philippines and Puerto Rico during U.S. colonialism* (2008) e *Patterns of Empire: the British and American empires, 1688 to the present* (2011), o autor sintetiza suas incursões teóricas em *Postcolonial thought and social theory* (2016). Na ambiciosa obra, Go explora limites e possibilidades de articulação entre teoria social e pensamento pós-colonial, dispendo sobre a viabilidade de uma sociologia pós-colonial. Para ele, a sociologia deve se alinhar às contribuições pós-coloniais para se libertar dos espólios coloniais e da episteme imperial que ainda subjazem sua racionalidade.

Seu ponto de partida é uma desconfiança já presente em Gurinder K. Bhambra (2007), para quem o pensamento pós-colonial periga ser mais uma “revolução perdida” da sociologia. Com isso, Go erige sua premissa: boa parte da sociologia trata as teorias pós-coloniais como irrelevantes e marginais, imputando a elas empiria analítica e solidez metodológica insuficientes para um devido diagnóstico de problemas contemporâneos; paralelamente, ainda há entusiastas pós-coloniais acreditando que a sociologia, acometida por um mal de origem, é epistemicamente limitada, sobretudo porque suas estruturas constitutivas, formas de engajamento e abordagens teórico-metodológicas seriam as mesmas que legitimaram o imperialismo e o colonialismo.

O autor define teoria social como a forma abstrata da pesquisa nas ciências sociais, isto é, uma estrutura a partir da qual as ações e interações humanas são esquematizadas, de modo a servir como ferramenta de sistematização, conceituação e explicação das dinâmicas sociais ao longo da história. No entanto, acrescenta Go, é necessário lembrar que a teoria social nasceu no cerne do império; sua história se confunde com os processos de modernização de alguns poucos países europeus. Já o pensamento pós-colonial, tratado como o conjunto de reflexões que busca transcender os legados do colonialismo e suplantar suas fronteiras epistêmicas, embora possua histórias também relacionadas aos desdobramentos do império, emergiu em oposição radical a ele. Se a teoria social nasceu do e para o império, incorporando sua “cultura” e “história”, o pensamento pós-colonial nasceu contra ele, criticando suas permanências e visando um futuro pós-imperial.

Go, então, interroga: visto que o contexto imperial “nordeou” a sociologia, em que medida ela ainda carrega os laivos dessas raízes? Quais são as heranças, manifestas e sutis, que permeiam suas práticas? Considerando as convergências com a episteme do império, a disciplina não deveria ser decomposta e, então, reconstruída a partir de suas ruínas? Ou, pelo contrário, não deveríamos reposicioná-la de modo tal que ela se beneficiasse dos aportes pós-coloniais?

O autor reconhece que algumas correntes da teoria social apresentam paralelos com o pensamento pós-colonial, como a teoria da dependência e do sistema-mundo, que levaram o colonialismo analiticamente a sério. Porém, essas correntes, que impactaram a sociologia, não foram muito além dos legados econômicos do imperialismo, debruçando-se apenas timidamente sobre seus vetores epistêmicos e culturais. É nesse vácuo que Go reivindica uma sociologia pós-colonial, capaz de desassociar-se das amarras “euro-estadunidenses” e suplantar uma obsessão de concentrar-se tão e somente nas preocupações e nos dilemas da modernidade anglo-europeia.

No primeiro capítulo, “Waves of postcolonial thought”, Go explora as contribuições, ideias e reivindicações históricas do pensamento pós-colonial, concentrando-se em intelectuais representativos/as de duas “grandes ondas”. O argumento é que uma dimensão fundamental do pensamento pós-colonial seria sua oposição política e teórica à episteme do império, o que refletiria um reconhecimento de que o imperialismo se encontra em toda parte (p. 52) e, portanto, é o modelador silencioso de nossas maneiras de ver, conhecer e viver o mundo.

A primeira onda incluiria escritores/as e ativistas anticoloniais e antirracistas, como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Amílcar Cabral, W. E. B. Du Bois e outros/as. Além de

críticos/as do colonialismo, imaginaram mundos possíveis para além do império, ao mesmo tempo em que se engajaram em lutas visando a libertação e a igualdade política formal. Além disso, a primeira onda reconhece que processos derivados do colonialismo foram cruciais para prover sociedades metropolitanas economicamente e, com efeito, legitimar a “modernidade ocidental”. Centrado na obra de Du Bois e Fanon, Go reconstrói a principal contribuição da primeira onda: recuperar vozes, históricas, experiências e subjetividades de povos subalternizados. Ambos asseveraram que o relacionamento colonial constrói a raça e que os colonizados existem em interdependência com o colonizador, sendo que a identidade da pessoa negra – e, com ela, o sentimento de inferioridade que colonizados “epidermalizam” – é construída em relação com a branquitude.

A segunda onda dataria dos anos 1970. Boa parte do capítulo foca nas contribuições de Edward Said, sobretudo em sua tese de que, na produção do Oriente, o Ocidente produz a si mesmo. Said foi quem revelou os processos de conversão de narrativas em estruturas de domínio colonial. Para ele, a “modernidade ocidental” generaliza e ignora a heterogeneidade das culturas, nações e sociedades, apagando diferenças internas mediante essencializações. A “orientalização” do mundo inferioriza o Outro, ora sob caricaturas exóticas, ora como estereótipo representativo do mal absoluto – o que o intelectual palestino intitula “demonologia imaginativa e acadêmica” (Said, 1990: 38). O Orientalismo, enquanto obliteração do Outro, é o imperialismo a nível cultural, isto é, um corpo elaborado de teorias, métodos e práticas a partir do qual, por gerações, se conseguiu estereotipar e objetificar o Oriente, visando servidão, disciplina e dominação.

Mesmo o Orientalismo sendo um dos maiores resquícios da episteme do império para as ciências sociais, sobretudo para a sociologia, no segundo capítulo, “The postcolonial challenge”, Go nos remete a outras duas práticas perniciosas: a “oclusão do império” e o “metrocentrismo”.

A “oclusão do império” é a forma como a sociologia clássica, sobretudo com Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, reprimiram o papel constitutivo exercido pelo imperialismo e colonialismo em suas abordagens. Ainda que por vezes tenham tratado fenômenos como escravidão, exploração e racismo como aberrações no desenvolvimento da modernidade capitalista, negligenciaram as formas pelas quais esses fenômenos foram centrais para moldar sociedades metropolitanas. Daí, decorrem dois vícios: a “bifurcação analítica” e a “supressão da agência colonial”. A primeira é a maneira como a teoria social omite interdependências entre diferentes realidades históricas. A segunda remete à profusão de narrativas etnocêntricas que põem a Europa como única agente criadora de história – enquanto aportes de

outros lugares e sujeitos, bem como as relações entre eles, são silenciadas, marginalizadas ou ignoradas (p. 92).

Considero que a maior contribuição de Julian Go é o desenvolvimento da ideia de “metrocentrismo” para pensar a história da teoria social. Tomado de empréstimo dos estudos urbanos, o conceito, já presente em outros trabalhos (Go, 2013; 2014), demarca uma “versão generalizada do universalismo europeu” (p. 94). O metrocentrismo foi pedra angular da firmação da sociologia como disciplina científica na Europa e nos Estados Unidos: um prisma a partir do qual o etnocentrismo se desloca, transformando-se em recurso discursivo e repertório analítico que faz com que o particular e o paroquial sejam universalizados de forma não reflexiva (p. 96).

O terceiro capítulo, “Reconnecting relations”, advoga pelo protagonismo da sociologia em uma “terceira onda” pós-colonial. Para tanto, Go explora a proposta de Said (2011: 123) a respeito de uma “leitura em contraponto”, a fim de que “territórios sobrepostos” e “histórias entrelaçadas” sejam revelados dos processos de silenciamento e dos epistemicídios. Go afirma que a analítica contrapontual deve ser o imperativo metodológico da sociologia pós-colonial, o que problematiza, de um lado, como as dinâmicas coloniais ajudaram a constituir as ideias de Ocidente e Modernidade (p. 112) e, de outro, como tratar a agência subalterna sem recorrer a essencialismos identitários ou a reivindicações de uma autêntica razão subalterna (p. 113).

Gayatri Spivak alertou que a recuperação da agência colonial deve ser feita de modo tal que os subalternos não sejam, de novo, vítimas da episteme imperial, que os objetiva e os fetichiza, sendo necessário um “essencialismo estratégico” que permita abordá-los como dispositivos políticos e historiográficos. A análise de Homi Bhabha sobre sobre “mimeses” e “hibridismo” opera em sentido análogo, permitindo escavar a agência colonial, que, como resistência, deve ser avaliada relacionalmente, porquanto nascida no interstício entre histórias metropolitanas e coloniais.

Dos conceitos de leitura contrapontual, mimeses/hibridismo e essencialismo estratégico, Julian Go constrói sua ideia de “relacionalismo pós-colonial”, argumentando que a missão da sociologia deveria ser a de se debruçar sobre a inter-relação de colonizadores e colonizados, no sentido de examinar suas dinâmicas justapostas e contínuas, suas narrativas interdependentes e suas histórias entrelaçadas, para construir uma imaginação global e pós-colonial da sociologia.

Para desenhar sua proposta, Go retoma uma leitura a contrapelo da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. A primeira é repensada a partir da teoria dos campos, de Pierre Bourdieu, a fim de que a Revolução Francesa seja reavaliada de

uma maneira que não oclua seu outro constitutivo: a Revolução Haitiana. A segunda é revisada a partir da teoria do ator-rede, de Michel Callon e Bruno Latour, autores que levam Go a dizer – sem muita novidade – que não se pode interpretar a história da Revolução Industrial sem conjuntamente analisar como ela esteve indissociavelmente imbricada com a manufatura nas colônias britânicas, sobretudo na Índia.

No último capítulo, “The subaltern standpoint”, Go retoma sua crítica ao metrocentrismo para trazer à tona as contribuições da teoria do ponto de vista, em especial a sua articulação feminista – Dorothy Smith, Sandra Harding, Patricia Hill Collins e outras –, colocando esse corpo teórico-metodológico híbrido em diálogo com aportes emergentes, como as teorias do Sul e as sociologias endógenas. O vínculo entre tais perspectivas constitui a receita derradeira de seu projeto epistêmico: a sociologia pós-colonial, fundada sobre as bases de uma perspectiva crítica, realista e relacional que leve em conta a posicionalidade analítica, que sustenta que todo conhecimento é situado. Nesse sentido, duas problemáticas são elaboradas. A primeira inquire em que medida conceitos situados nos ajudam a compreender a lógica global da dominação capitalista. A segunda interroga os limites do subjetivismo e do relativismo: tendo em vista que a objetividade científica é inalcançável e a “verdade” impossível de ser desvelada, até que ponto sociologias “periféricas” produziram saberes universalmente válidos, sem que com isso seu estatuto “científico” se dilua em particularismos isolados?

Go retoma as análises de Fanon sobre o colonialismo para asseverar que, embora tenham emergido de dinâmicas situadas do Império Francês em África, hoje elas são usadas para capturar dinâmicas raciais de outras situações pós-coloniais. Isso não denota que as teorizações de Fanon sejam universais em si, mas que são potencialmente “generalizáveis” para outras circunstâncias. Tal é a deixa para Go propor uma “perspectiva subalterna” baseada nos estudos feministas, com o diferencial de não se enraizar apenas no gênero, mas também na geopolítica do conhecimento e na hierarquia social global forjada pelo império. Assim, ele se refere “à posição social – e, portanto, às atividades, experiências, preocupações e perspectivas – das populações periféricas” (p. 159). O que torna a perspectiva subalterna digna de especificação é que ela provincializa as teorias sociais, tensionando suas bases metropolitano-imperiais e forçando-as a transcender, de um lado, o modelo de mundo imaginado pelo colonizador e, de outro, a reconstruir outros mundos possíveis a partir das experiências, histórias, saberes e práticas subalternizadas (p. 173). Nessa medida, a perspectiva subalterna proposta pelo autor pode ajudar a sociologia de quatro formas: provincializar suas categorias analíticas; produzir melhores narrativas sobre relações e práticas enraizadas na agência do subalterno; cultivar novas

teorias, métodos e conceitos acerca de temas convencionais; e redirecionar a atenção para histórias ocultadas pela episteme imperial.

De fato, Go firma debates importantes com nomes que vêm problematizando os efeitos do orientalismo, colonialismo, eurocentrismo, racismo e androcentrismo nas dinâmicas de produção sociológica, como Syed Farid Alatas, Gurminder Bhambra, Raewyn Connell, Sanjay Seth, Gregor McLennan, Akinsola Akiwowo, Sujata Patel, Zine Magubane, Isaac Reed, Encarnación Gutiérrez Rodríguez, Boaventura de Sousa Santos etc. Contudo, sua ambição é proporcional aos lapsos de sua obra, sobretudo em relação ao acúmulo científico do/no Sul Global sobre o tema.

O primeiro deslize consiste no modo como Go analisa os legados insistentes (*lingering legacies*) do imperialismo. Ora, esses legados já foram tratados enquanto “colonialidades” pela Teoria Decolonial – à qual o autor pouco se refere (p. 147) –, que tem na figura do sociólogo peruano Aníbal Quijano seu nome mais proeminente. Quijano, autor esquecido no livro, junto com outros/as de renome internacional – como Linda Alcoff, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Iliana Rodriguez, Nelson Maldonado-Torres, Santiago Castro-Gómez, María Lugones, Rita Laura Segato etc. –, sequer aparecem nas notas. As exceções são os decoloniais Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo e Enrique Dussel. Claro, é preciso considerar a necessidade imperiosa de selecionar, uma vez que é impossível para as ciências sociais abraçar todas as perspectivas, recortes de tempo e espaço etc. No entanto, a consequência desse lapso é que muitos dos caminhos trilhados e dos temas enfrentados no trabalho não são tão inéditos quanto o autor insinua: desde o início dos anos 1990 têm sido abordados com fôlego por cientistas sociais latino-americanos/as, que fizeram da “decolonialidade” o terceiro elemento da dialética “modernidade/colonialidade”, isto é, um espaço de reconstrução das histórias, racionalidades e utopias negadas pela episteme imperial.

O segundo problema é decorrência do primeiro, abarcando a forma como o sociólogo estadunidense reivindica para si o papel de projetar a arquitetura epistêmica da sociologia pós-colonial. Ainda que se trate de excelente trabalho de revisão bibliográfica e história das ideias, com *insights* pertinentes sobre incidências entre teoria social e pensamento pós-colonial, a obra peca pela pretensão. A própria pretensão acaba funcionando de gatilho para, involuntariamente, minorizar uma série de contribuições emergentes no Sul Global. É de se estranhar, por exemplo, que Go não faça menção ao impacto do feminismo decolonial e afro-indígena ou da virada ontológica na América Latina para a teoria social. Isso leva o autor, de um lado, a fazer leituras relapsas da história da teoria social contemporânea; de outro, a afogar teóricos/as do Sul com aportes do Norte, sem praticar o relacionalismo que ele próprio

apregoa – como quando convoca a teoria dos campos e do ator-rede na construção da perspectiva subalterna, ou quando trata a teoria da dependência mencionando só André Gunder Frank como articulador central (p. 116), omitindo os/as latino-americanos/as (Raúl Prebisch, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra etc.). Isso não significa romper com autores/as porque são do Norte Global – não seria atitude justa, nem epistemologicamente instigante. Trata-se de reconhecer o Sul Global enquanto lugar de enunciação científica, e que esse lugar é tão constituinte quanto constituído pelas relações que estabelece com o Norte Global.

Esses lapsos revelam como, em certos momentos, Go falha naquilo que denuncia. Ao acusar a teoria social metrocêntrica de postular uma “gnose totalizante” (Dussel, 2002), faz algo similar, perpetrando uma série de oclusões epistêmicas e disciplinares. E isso me leva a uma última crítica em relação à obra: o tratamento menor concedido às contribuições pós-coloniais. Por alguma razão ainda não convincentemente demonstrada, essas contribuições não logram adentrar o palácio das “teorias”, no sentido de figurar um conjunto de hipóteses ordenadas sobre o mundo social. Em vez disso, para o autor, os aportes pós-coloniais “devem” ser vistos de maneira mais ampla (p. 203), como “perspectivas”, “estudos” ou, como prefere Julian Go, como *Weltanschauung* (p. 197). Raewyn Connell (2007) argumenta que se deslocarmos esse fato para um contexto internacional de produção de conhecimento, perceberemos uma divisão global do trabalho acadêmico inscrita sob a égide de uma geopolítica científica historicamente desigual: é do Norte Global que teorias com pretensões explicativas “universalistas” são importadas, o que acirra processos de dependência epistêmica (Alatas, 2003); ao passo que, ao “resto”, concede-se a alcunha de “pensamento” – como “pensamento social brasileiro”, por exemplo, o que impõe uma semiautonomia e uma cobertura analítica que dificilmente ultrapassa fronteiras regionais.

Embora desatento em meio a sua ambição epistemológica, Go cumpre com a missão primeira que se propõe: aproximar teoria social e pensamento pós-colonial, mapeando as tensões e convergências entre esses campos. E não se trata de tarefa fácil. De um lado, há um campo cuja origem remonta a cultura metropolitana da “modernidade europeia”; de outro, um campo cujos fundamentos foram assentados sobre ideias e movimentos anticoloniais, que nasceram em oposição ao império. O primeiro é institucionalizado, ao passo que o segundo é objeto de disputas transdisciplinares. Julian Go rastreia e sintetiza os principais vínculos entre esses dois campos, mostrando como um tipo de relacionismo analítico relacionado àquilo que ele chama de “perspectiva subalterna” pode conduzir a sociologia global a uma dissolução das bifurcações analíticas e das oclusões que constituem as maiores heranças da episteme imperial para a atualidade sociológica.

Referências

ALATAS, Syed F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.

BHAMBRA, Gurinder K. Sociology and postcolonialism: another “missing” revolution? *Sociology*, v. 41, n. 5, p. 871-884, 2007.

CONNELL, Raewyn. *Southern theory*. Sydney: Allen & Unwin, 2007.

DUSSEL, Enrique. World-system and transmodernity. *Nepantla*, v. 3, n. 2, p. 221-244, 2002.

GO, Julian. Beyond metrocentrism: from empire to globalism in early U.S. sociology. *Journal of Classical Sociology*, v. 14, n. 2, p. 178-202, 2014.

_____. Introduction: entangling postcoloniality and sociological thought. *Political Power and Social Theory*, Special issue: postcolonial sociologies, v. 24, p. 3-31, 2013.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Shwarcz, 2011.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

